

I.F. – Eu não sei em que ano foi criado o Fundo de Garantia...

R.A. – O Fundo de Garantia, eu acho que foi aquele Nascimento e Silva, já no Castelo Branco. Eu acho que quem introduziu foi um ministro do Trabalho muito bom que nós tivemos, eu acho que foi no Castelo Branco. Porque tinha a estabilidade, da época do Getúlio, que pode ter sido feita com a melhor das intenções para o empregado: depois de dez anos, não ser chutado, mandado embora e acabou-se. Então, o empregador não podia mais demitir. A lei dava uma saída, mas era muito difícil, na prática não funcionava. Se o sujeito cometesse uma falta grave... Mas aí, chegava na Justiça: era o grande, que era a empresa, contra o pequeno coitadinho. Então o negócio não funcionava. E depois, muitas empresas, aqueles elementos que ela não queria... Tinha empresa até com uma política de não deixar ninguém ficar estável porque, depois de estável, o indivíduo encostava, não tinha mais interesse. A menos que ele fosse um empregado muito bom, com convicção. Ele se sentia garantido e muitas vezes caía em ineficiência ou outras coisas, problemas de indisciplina e tudo o mais. Então, algumas empresas demitiam as pessoas com nove anos e a Justiça passou a considerar que aquilo era por causa dos dez anos e não deixava demitir com nove anos. A situação foi ficando apertada e muita gente via que aquela estabilidade realmente não era boa para as empresas, que o operário estável não tinha mais aquele interesse.

Não sei se saindo um pouco, mas dizem que o homem tem três motivos principais para trabalhar. Um é o medo, que é até animal. Você ensina um animal com um chicote na mão e uma cenoura; se ele faz o que se quer, toma um pedacinho de açúcar ou cenoura, como no circo; senão, chicote. Esse é o medo, que não é muito nobre. Outro é aquele que faz a sua missão, o seu trabalho, por convicção — esse é o normal. E tem os excepcionais que sublimam isso e fazem por amor. Uma mãe se dedica a um filho doente, ou um pai, mas é por amor; aí é o máximo. Mas nenhum trabalha isoladamente, é um composto desses três elementos. Nós todos... Se a gente não tiver medo nenhum de alguma coisa, não é muito bom, não. É preciso ter um pouquinho de medo. Não que o indivíduo trabalhe sob terror, não é isso, mas a estabilidade tirou esse fator: ele não tinha mais medo de coisa nenhuma. Então foi criado o Fundo de Garantia do Trabalho.

V.A. – No Costa e Silva, o senhor está achando que foi?

R.A. – Olha, eu acho que foi no Castelo Branco¹⁰.

V.A. – É capaz de ter sido no Castelo Branco. Mas eu não estou entendendo como a companhia só foi comprar a estabilidade dos engenheiros em 79.

I.F. – Porque ele já tinha garantido a estabilidade dele.

R.A. – Nós tínhamos, já éramos estáveis...

V.A. – Ainda estavam na lei antiga.

¹⁰ O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) foi criado pela Lei nº 5.107 de 13 de setembro de 1966, durante o governo Castelo Branco.

I.F. – Houve um período de transição.

R.A. – Isso deve ter sido depois de 75, porque eu estava em Nova York entre 75 e 79.

I.F. – Teve gente que pôde optar se queria ir para o Fundo de Garantia.

R.A. – Quer dizer, nós deixamos de ser estáveis. Eu era, que entrei em 41 e estávamos em 75 — tinha trinta e tantos anos. Mas então foi criado esse Fundo de Garantia do Trabalho pelo qual a empresa, mensalmente, coloca no banco, no nome da pessoa, uma certa quantia. Ele perde a estabilidade mas, se for demitido, tem praticamente a indenização. Com isso, acabou-se com essa estabilidade que é um negócio que, em um país adiantado, ninguém usa.

V.A. – E esse IBQN, Instituto Brasileiro da Qualidade Nuclear, era aqui em Volta Redonda?

R.A. – Não, não tinha nada que ver com a Siderúrgica, era inteiramente independente.

V.A. – E como o senhor foi parar lá?

R.A. – Eu fui parar lá porque o primeiro superintendente desse IBQN foi o engenheiro Amaro Lanari Filho, que era formado lá em Ouro Preto e com quem eu tive muitos contatos pela ABM — ele foi presidente da Usiminas, nós tivemos muitos contatos. Eu me dava muito bem com ele, embora ele tenha se formado na minha frente. É mais velho do que eu, mas labutamos sempre na área de siderurgia, não só através de usinas como na Associação Brasileira de Metais — ele foi presidente também.

No tempo do Geisel foi criado aquele convênio com a Alemanha para a construção das usinas nucleares — exceto Angra 1, que foi um pacote que o Brasil comprou da Westinghouse. Depois foi feito esse acordo nuclear pelo qual o Brasil receberia equipamentos e tecnologia principalmente da Alemanha. A Alemanha tinha um controle sobre a produção de usinas nucleares muito mais rigoroso do que os Estados Unidos, sem falar na Rússia que deu no que deu. Então foi feito esse acordo e foi criado esse Instituto Brasileiro de Qualidade Nuclear cujo fim era trabalhar para a Nuclebrás, fazer o controle de qualidade de equipamentos para a Nuclebrás. Nos Estados Unidos, essa parte nuclear tinha dois controles: o controle da fabricação, da firma que estava fabricando o equipamento, e o controle de quem ia receber aquilo, a organização que ia receber aquilo. Mas na Alemanha eles tinham três controles. Esses dois controles são do fabricante, que tem um certo interesse — pode ser muito honesto, mas não é como um terceiro —, e do comprador, que tem interesses. Então, os alemães criaram um terceiro grupo independente, que se chama Inspeção Independente — não é do governo, mas trabalha para o governo. Então, ela acompanha a fabricação de equipamentos, a recepção, as usinas. Então, foi adotado esse sistema no Brasil e criado esse instituto com essa finalidade de controlar os equipamentos que estivessem sendo feitos, principalmente aqui no Brasil, para a Nuclebrás — nós não pertencíamos à Nuclebrás, éramos independentes —, e controlar o material lá no recebedor, que seria Furnas ou coisa assim. Isso foi fundado por órgãos do governo, laboratórios

— o Instituto Nacional de Tecnologia tinha representante, o IPT tinha representante e algumas firmas particulares também tinham representantes. Era um conselho, e não tinha presidente; esse conselho designava um superintendente. O primeiro superintendente foi o Amaro Lanari, que tinha que fazer uma pequena diretoria e foi escolhido um engenheiro do Rio para a parte técnica. E ele tinha um lugar na administração. Quando ele me chamou para trabalhar lá, naturalmente sabendo que eu tinha me aposentado aqui... — não tinha muito tempo, não: acho que foi em outubro de 79 e eu me aposentei em junho —, me convidou, eu fui até o Rio conversar com ele e falei: “Eu não entendo nada de nuclear.” E ele me falou: “Eu também não entendo, mas nossa função não é técnica, eu tenho um diretor técnico que vai cuidar disso. Eu queria que você viesse para cá, usando a sua experiência para olhar a parte administrativa.” Visava, como depois se tornou, a um corpo de engenheiros de controle de qualidade. Então, eu fiquei incumbido da parte financeira e administrativa. Não era um organismo muito grande...

V.A. – Quer dizer que ele foi recém-criado quando o senhor chegou.

R.A. – Estava sendo, nós começamos da estaca zero. Nós chegamos e tivemos que comprar um lápis, um bloco, uma borracha... Ele arranhou uma senhora para ser secretária e a Nuclebrás nos cedeu umas salas em um escritório. Ela tinha um prédio antigo em frente ao cemitério São João Batista. Ela tinha mudado para aquele prédio onde está hoje, da Academia Brasileira de Letras — tem vários andares ali. Então, sobraram umas salas e nós ficamos lá.

V.A. – Ficaram em frente ao São João Batista?

R.A. – Era um prédio antigo, onde a Nuclebrás não tinha mais nada, tinha mudado tudo e nos cedeu umas salas onde começamos a trabalhar. Foram admitidos engenheiros, aí principalmente com o técnico, que era um rapaz muito capaz que está lá até hoje, o Lameira Bittencourt — acho que o primeiro nome é José Guilherme, uma coisa assim, Lameira Bittencourt. E ele então olhava essa parte técnica e eu fiquei incumbido dessa parte administrativa e financeira: administração, tratando de pessoal etc. Não é uma coisa muito do meu gosto, não, mas eu não ia me meter, evidentemente, em nada técnico porque eu não entendia nada daquilo.

I.F. – E o senhor foi morar no Rio?

R.A. – Bom, a minha família ficou aqui. Eu descia domingo de noite e subia sexta de noite. Eu tenho um pequeno apartamento — já tinha nessa época — lá no Rio e fiquei morando lá. Ia para lá e para cá: ia domingo de noite, para estar segunda de manhã lá, e sexta de tarde eu vinha embora.

I.F. – E em 82 o senhor aposentou-se completamente.

R.A. – É, eu fiquei lá até 82. Nessa altura nós já tínhamos muitos engenheiros e os engenheiros que nós precisávamos não eram zero quilômetro — porque nós íamos inspecionar equipamentos. Então, nós estabelecemos, principalmente o Lameira, que era diretor técnico, um critério de conseguir engenheiros que tivessem pelo menos cinco anos de experiência em controle de material. Nós fomos

conseguindo, através dos conhecimentos dele, principalmente, mas eram pessoas que não eram baratas. Tirar um engenheiro de uma firma em que ele está trabalhando, com cinco anos de experiência... — tinha um salário elevado. E o único serviço que nós faturávamos era o serviço desses engenheiros que eram pagos pela Nuclebrás. E nós recebíamos um subsídio do governo, através de um ministério. Mas o que de certo modo me forçou a deixar foi que eu vivia uma angústia para ter dinheiro para pagar o pessoal... Nós já tínhamos nessa altura um certo número de engenheiros e tínhamos que pagar. E quando chegava cinco, dez dias antes do pagamento, eu não tinha dinheiro para pagar. Por quê? Porque o subsídio do governo não vinha, ou vinha de dois em dois, três meses, com aquela inflação. Eu, uma ocasião, ainda falei com aquele Israel Vargas, que era ministro da Ciência... Nós uma vez tivemos um contato com ele e eu perguntei: “Eu recebo esse dinheiro de vez em quando, dois ou três meses. Mas eu posso aplicar esse dinheiro?” Porque com aquela inflação o dinheiro perdia o valor. Ele falou: “Só se você quiser ir para a cadeia.”

I.F. – É, não pode.

R.A. – Eu falei: “Não, eu não quero ir para a cadeia.” Então, nós perdíamos o valor do dinheiro. Se o governo desse todo mês, muito bem. Mas passava dois, três meses sem mandar e depois mandava o equivalente. Então ficava lá como gelo no sol. De outro lado, eu recebia o trabalho da Nuclebrás. Eu até tinha uma certa facilidade, porque a área da Nuclebrás, que era a Nuclen, se não me engano... Tinha Nuclep e Nuclen, a Nuclep tinha equipamentos e a Nuclen, projetos. O chefe lá, o superintendente, era um rapaz que trabalhou aqui em Volta Redonda e que eu conhecia do Rotary Clube, o Alberto Amaral Osório. Eu ia lá e chorava as mágoas com ele. Mas a Nuclebrás, naquele tempo, eu acho que também vivia de mesada do governo — hoje possivelmente já deve estar faturando com Angra 1 etc; então, eles também viviam curtos de dinheiro. “Então, você vê o mínimo que você pode fazer e tal...” Eu tinha que refazer aqueles cálculos e a gente vivia ali, na beiradinha. E aquilo foi me criando uma tensão que eu cheguei a um ponto que falei com o Lanari: “Olha, Lanari, infelizmente eu não posso continuar.” Em uma determinada época, alguns funcionários diziam: “Não paga o INSS...” Essas coisas. E eu: “Não, não vou fazer isso.” Então eu saí por causa daquela penúria de dinheiro. Essas coisas de governo: o sujeito fica dependendo de verba e eu jamais gostei dessa história de ir em banco, tirar empréstimo — aí a pessoa vai se afundando. Eu até falei com o Lanari, e ele: “Mas fala comigo...” E eu: “Eu não sei, eu não entendo de banco, eu trabalhei em uma usina siderúrgica. Eu não tiro dinheiro emprestado, não sei fazer isso.” Aí eu me afastei definitivamente.

I.F. – E voltou a morar aqui e ficar descansando.

R.A. – É...

V.A. – Agora a gente queria voltar um pouquinho no tempo e ver um pouco a sua vida familiar, desde a carta que o senhor escreveu à d. Emmy, pedindo-a em casamento.

R.A. – Eu não escrevi carta pedindo em casamento! Eu peguei o telefone e falei com ela.

V.A. – [Para d. Emmy] Ele diz que não foi por carta, não; foi por telefone.

R.A. – Se houve carta, pode ter sido depois.

Emmy Azevedo – Porque eu custei para responder e então ele telefonou para saber. Não foi isso?

R.A. – Isso foi no fim da guerra, em 45. Aí então... Como eu disse antes, eu a conheci quando cheguei em Cleveland, em 1941.

V.A. – Na beira do lago.

R.A. – Na beira, não. No navio no lago. Eu fui com esse companheiro de trabalho lá, o Silvino da Silva, e encontramos lá uma moça que era caixa de um restaurante onde nós fazíamos freqüentemente refeições. Ela, por sua vez, estava com um grupo de moças e nos apresentou — a Emmy era uma delas, está naquela fotografia. Aí nós passamos a nos encontrar etc., até eu vir embora em outubro de 43. Mas aí o tempo passou...

Emmy Azevedo – [inaudível]

R.A. – É que eu vim para cá, e isso aqui era um canteiro de serviço: só se pensava em trabalho. Eu só fui pensar em casar três anos depois.

I.F. – Mas se correspondiam?

R.A. – Não muito. Isso aí a Emmy pode contar mais do que eu.

Emmy Azevedo – No primeiro ano ele não escreveu muito, não. Depois foi mais... No último ano eu acho que recebia duas cartas por semana. [risos]

R.A. – Aí a correspondência se tornou freqüente.

Emmy Azevedo – Tanto que, quando você me telefonou, a minha tia não estava gostando muito da história, não, porque eu morava com ela. Meu tio tinha falecido — éramos só ela e eu. Eu trabalhava e ela mantinha a casa. Era uma decisão meio difícil porque eu senti que tinha muitas obrigações para com ela, porque ela me mandou dinheiro para ir para os Estados Unidos, me deixou estudar e abriu uma porta na minha vida. Mas no fim ela mesma me disse: “Se você gosta dele, pensa e vai. Mas se você chegar lá e ver que ele não é a pessoa que você calculou que ele fosse...”

R.A. – Vai para o Brasil, terra de índio, arco e flecha...

Emmy Azevedo – “...você venha embora. Eu te mando o dinheiro.” Mas não foi preciso, não é, Renato? [risos]

R.A. – Ela trouxe um livro de contabilidade para trabalhar. O livro está por aí ainda. [risos]

Emmy Azevedo – Eu queria trabalhar, mas ele disse: “Se você vai trabalhar, eu vou ficar em casa.” [risos]

I.F. – E casaram aqui em Volta Redonda?

R.A. – Não, no Rio.

V.A. – Mas em que ano a senhora veio?

Emmy Azevedo – Em 46. Cheguei em 9 de fevereiro, pelo Lloyd Brasileiro.

R.A. – Bom, quando ela estava decidida a vir, eu pedi... Nessa época o general Raulino estava no escritório de Nova York...

Emmy Azevedo – Eu me comunicava muito com ele.

R.A. – Eu acho que o escritório de Cleveland já tinha fechado e então eu pedi a ele — o conhecia bastante — que olhasse um pouco, que a Emmy tinha que tratar de documentos para a viagem... A viagem naquela época... Não havia nem navio de passageiros ainda; ela veio em um navio misto, de passageiros e carga. Ele foi muito amigo e tratou dos problemas todos que ela tinha lá, em Nova York. Inclusive você ficou com o Livreri até pegar o navio.

Emmy Azevedo – É, hospedada no apartamento do Livreri.

R.A. – É, o Livreri que me recebeu em 41.

Emmy Azevedo – Eu era solteira e sozinha — em um hotel, naquela época, seria um escândalo. Então, o Livreri e a senhora me levaram para o navio para embarcar e me entregaram num grupo de gente do Brasil, e eram quase todos generais. [risos] Era o Albuquerque Lima...

R.A. – Eu acho que o general Raulino pediu a um outro general para lhe proteger no navio...

Emmy Azevedo – É, para me pajar, tomar conta de mim. Imaginem se precisava, eu tinha 25 anos! Mas eu sei que foram três semanas no navio até chegar no Brasil.

R.A. – Três semanas?!

Emmy Azevedo – Três semanas. E eu conheci... Tinha duas companheiras que ficavam na cabina. Uma era canadense, casada com um brasileiro; outra, brasileira, a Dalva de Oliveira, que era funcionária do Lloyd Brasileiro em Nova York e vinha de férias. Ela falava inglês e português e me ajudou. A Ana não falava português, não. A cabine estava cheia de roupas molhadas penduradas e eu me assustei: “Meu Deus, mas alguém lava tanta roupa aqui dentro? Como é que

Renato Azevedo

pode!?” Mas aconteceu que a mala da Dalva tinha caído no mar e ela queria salvar o que podia. Então eu entendi. A outra estava sentada em cima da cama, chorando. Então eu perguntei se precisava de alguma coisa e ela disse que não, que tinha telefonado do navio para o hotel em Nova York e o marido estava lá mas não o encontrou, de modo que ela ficou assim com muita saudade e achou ruim. Mas a Ana e eu fizemos assim uma amizade mais apertada do que com a Dalva, porque eu era solteira e a Dalva estava casada com um brasileiro e ia encontrar o marido no Rio. Ela estava em uma situação melhor do que eu: eu não era casada. Então, nós fizemos um pacto: ela não ia me largar e eu não ia largar dela enquanto a gente não encontrasse o nosso pessoal.

R.A. – Os príncipes encantados.

Emmy Azevedo – Chegamos no Rio e o navio ficou lá fora e a gente não podia chegar logo para a terra. Tinha que vir num barquinho, mas a gente não sabia se o marido dela e o Renato iam lá no navio ou se ficavam esperando. Eu acho que eles ficaram esperando em terra.

R.A. – Não, eu fui num lugar, pensei que vocês iam chegar no Touring, depois era num outro armazém lá não sei onde.

Emmy Azevedo – Foi meio confuso.

R.A. – Fevereiro, um calor danado.

Emmy Azevedo – Mas o marido dela apareceu logo, muito simpático e tudo. Depois, então, nós estávamos juntas, lá pelas tantas, quando alguém gritou: “Você lembra de mim ainda?” [risos] Então, nos encontramos e viemos a Volta Redonda. Eu fiquei morando com uma família americana, o chefe dele.

R.A. – O superintendente do alto-forno, com quem eu trabalhava.

Emmy Azevedo – E era para ficar no Rio, hospedada com uma parente sua.

R.A. – Com a Stela, minha tia. Mas ela não estava lá, estava vindo ainda.

Emmy Azevedo – Mas a Stela ainda estava em Varginha, e o tio Nunes estava no Rio trabalhando. Então, eu fiquei um mês na casa dos americanos, fazia as refeições no Hotel 80, onde o Renato morava.

R.A. – Onde eu morava como solteiro.

Emmy Azevedo – Então foi aquela confusão para lá e para cá. [inaudível] E depois disso, quando a tia dele chegou e se estabeleceu na Urca, ele me levou para o apartamento dela, eu fiquei com a Stela Nunes e seus três filhos pequenos.

R.A. – Eu queria fazer um parentezinho aqui e chamar a atenção da d. Ignez... Não sei se é essa a expressão, a senhora me desculpe, acho que chamar a atenção não é muito delicado... Naquele artigo de jornal, “Steel mill in the jungle”, tem um negociozinho errado lá que convém chamar sua atenção. Debaxo do meu retrato,

Renato Azevedo

está lá o meu nome e o do Costa Pinto, dizendo que recentemente tinham voltado ao Brasil com suas esposas. Eu não tinha esposa, não; não vim com mulher nenhuma, não. [risos] Outro dia é que eu percebi isso. Olha aqui: [lendo] “Above, Renato F. de Azevedo, and left, João da Costa Pinto, two others assistants of colonel Oliveira returned recently with their wives”. O Costa Pinto voltou com a esposa, mas eu era solteiro. Tem um errozinho aí.

V.A. – Então casaram no Rio, depois dessa temporada.

Emmy Azevedo – Eu cheguei no Rio e o Renato tinha que voltar para Volta Redonda. Eu ficava a semana inteira sozinha no Rio, com o pessoal dele.

R.A. – Aprendendo português: ninguém falava inglês lá, e ela não falava nada de português.

Emmy Azevedo – Ele retornava sempre no domingo de tarde.

R.A. – A gente tinha que trabalhar. Aqui, no fim de semana aqui, a gente trabalhava meio dia no sábado ainda.

Emmy Azevedo – A gente tinha pouco tempo até para conversar. Arranjaram-se os papéis do casamento. O tio dele era advogado e cuidava dessa parte do casamento civil. Agora, eu era protestante e ele era católico, o que naquela época era muito complicado.

I.F. – Era. Meu pai também era protestante e minha mãe, católica; era um problema.

Emmy Azevedo – Eu fui procurar... Eram os salesianos?

R.A. – Não, você foi, numa ocasião, naquele convento de Santo Antônio, porque tinha lá uns frades alemães. Lá, são franciscanos, se não me engano.

Emmy Azevedo – Como que podia casar na Igreja — o que nós queríamos. Mas eu não gostei muito da conversa: perguntou o que ele era, o que fazia, queria saber se tinha dinheiro, eu achava que aquilo não tinha nada a ver com religião e não voltei mais lá. E nós procuramos em uma igreja perto...

R.A. – Não, nós estávamos um dia andando pela Urca quando passamos numa igreja — Nossa Senhora do Brasil. Aliás, ela dá frente para a avenida Portugal, mas nós vínhamos na rua de trás, mas tem uma cancela. Eu sei que andando, conversando com a Emmy, não sei se nós estávamos conversando exatamente sobre esse problema do casamento, compatibilizar o casamento eu sendo católico e ela, luterana... Eu vi aquilo e disse: “Vamos entrar nessa igreja, quem sabe a gente descobre alguma coisa.” Chegamos lá — é dessas coisas, às vezes Deus guia a gente — e encontramos um padre, ainda novo, jovem, falando inglês perfeitamente, que tinha acompanhado a Força Expedicionária Brasileira na Itália e tinha tido muito contato com os americanos. De modo que ele não tinha essa idéia... Tinha uma mentalidade mais aberta, foi muito simpático ao nosso problema e disse que ia procurar uma solução. Daí a uma semana, ou coisa assim,

Renato Azevedo

ele avisou à Emmy que tinha marcado uma entrevista com o cardeal do Rio, que era d. Jaime Câmara. Eu fui com você lá, não sei bem por quê, se foi domingo, lá no palácio São Joaquim. O d. Jaime Câmara... Ele era do Rio Grande do Norte, mas esteve muito tempo em Santa Catarina e falava alemão — e português, evidentemente. A Emmy falava alemão e inglês. Eu falava inglês e português. Então, o único jeito da conversa foi eles falarem alemão.

I.F. – E ela traduzia.

R.A. – Não, a conversa era entre eles; eu fiquei lá quietinho. Aí a coisa foi mais ou menos compatibilizada.

Emmy Azevedo – Ele foi muito bacana, e a única coisa que queria...

R.A. – O d. Jaime pediu que você solicitasse à sua tia, com quem você morou, uma comunicação dizendo que você não era divorciada, nunca tinha sido casada etc. Coisas assim.

Emmy Azevedo – [inaudível] A minha tia deve ter estranhado muito o pedido, mas veio direitinho, e assim conseguimos a parte da igreja. E era na época da Quaresma, antes da Páscoa.

R.A. – Na Quaresma: não se casava naquela época.

Emmy Azevedo – Então, a fila... Eu sei que no final se passaram três meses até a gente finalmente casar.

R.A. – Eu acho que não foram três meses. Você chegou em fevereiro e nós nos casamos em abril.

Emmy Azevedo – 23 de abril e eu cheguei em 9 de fevereiro.

I.F. – Quase três meses.

R.A. – Esse padre, o padre Edgar Franca... Ele era sobrinho do famoso Leonel Franca, um dos fundadores da PUC. Até quando nós íamos completar bodas de ouro, eu procurei ver se o localizava, para ele celebrar a missa que planejávamos para celebrar as bodas.

[FINAL DA FITA 7-B]

R.A. - ...a Associação dos Ex-Combatentes. Aí que nós tivemos a informação de que ele já tinha falecido.

I.F. – E casaram lá na igreja Nossa Senhora do Brasil?

Emmy Azevedo – Casamos lá...

R.A. – A Emmy tinha certa dificuldade de falar certas palavras... Ele ia falando, ela enguiçava em umas palavras.

Emmy Azevedo – Eu estava nervosa e não estava conseguindo falar o que tinha que falar. Mas ele fez em inglês o sermão, e em português também.

R.A. – Até tem um retratinho aí, quando nós estávamos na frente da igreja. Você tem o retratinho, traz enquanto eu vou contar a história do casamento civil.

Emmy Azevedo – Foi um casamento muito simples, eu não tinha alma nenhuma aqui, só ele.

R.A. – É, foi um pouquinho diferente do casamento da princesa Diana, um pouco mais simples. [risos]

V.A. – Só um pouquinho. [risos]

R.A. – Mas no casamento civil houve um complicaçãozinha também. O meu tio tratou dos papéis todos; naturalmente por causa do casamento religioso nós esperamos a Páscoa. Logo depois da Páscoa, então, houve o casamento religioso, e nós fomos lá para aquela rua Dom Manoel — tem lá a parte da Justiça onde se fazem os casamentos civis.

Emmy Azevedo – [mostrando fotografias] Este é o padre

R.A. – Este livro é mais das bodas.

Emmy Azevedo – Aqui, a minha tia, a mãe do Renato e as crianças.

I.F. – A sua tia veio.

Emmy Azevedo – Não. A minha tia aqui é do Renato.

R.A. – Em cuja casa a Emmy ficou. E as crianças são dela. Naquele tempo, a gente casava e não tinha filho ainda, não. [risos] Hoje não é muito difícil de acontecer.

I.F. – Muito bonitinho.

R.A. – Esse vestido foi você mesma quem fez. Mas, no casamento civil, meu tio tratou dos papéis e nós então fomos lá... Eu não sei como se chama esse edifício lá na rua Dom Manoel.

I.F. – Fórum?

R.A. – É, fórum, juiz de paz. Mas eram vários casamentos e, quando chegou a nossa vez, o juiz, ou um assistente dele, começou a ler e, de repente, o juiz virou e falou: “Nós temos que interromper porque essa moça não sabe nada do que está se fazendo.” [riso] Ela não entendia português. “Essa moça não está entendendo. Então, nós vamos interromper o casamento e vocês vão procurar um intérprete.” Então, foi interrompido o casamento, ele passou para outros casais enquanto nós fomos procurar um intérprete.

Emmy Azevedo – Um senhor alemão disse que poderia ser em alemão ou inglês. Então foi em alemão. Assim correu tudo e, quando acabou, nós estávamos casados e eu falei: “Renato, e agora? O juiz não entendeu nada do que houve aqui.” E ele disse: “Fica quieta senão a gente não casa!” [risos]

R.A. – O casamento deu trabalho mas durou, já está com 52 anos.

I.F. – E aí vieram morar aqui em Volta Redonda.

V.A. – Moravam onde?

R.A. – Aqui no Laranjal mesmo.

V.A. – O senhor morava no hotel.

R.A. – Eu morava no hotel. Mas, depois que nos casamos, aí, não. Foi dada uma casa aqui no Laranjal.

Emmy Azevedo – Nós ficamos no hotel uns dois meses.

R.A. – É, no Hotel Bela Vista. Naquela época não havia ainda a dificuldade que depois houve para a casa. Eles estavam terminando várias casas e eu escolhi uma — esta é a terceira casa que eu tenho —, mas aqui no Laranjal, aliás nesta mesma rua, mais adiante. Hoje as casas foram todas vendidas; naquela época, a companhia não vendia as casas, eram apenas alugadas. Nós moramos naquela casa quatro anos. Depois, quando o meu chefe americano foi embora, que eu assumi a função dele, ele tinha uma casa muito boa e eu pedi ao diretor — era o Ciro Borges — e ele me cedeu a casa, que era do americano. Aí eu fui para aquela casa e moramos 24 anos nela. Foi aí que a companhia vendeu as casas, mas não vendeu todas — ela reservou 20 casas para uso dela. E a minha era uma das 20 casas — eu não tinha condições de comprar a casa. E a companhia inclusive tomou um critério que eu não entendo até hoje: que nós que estávamos naquelas casas ficaríamos, que o aluguel era mesmo muito baixo, simbólico. Mas no dia em que eu me aposentasse, para onde eu iria? Então, eu queria comprar uma casa, e ela não deixava a gente que estava naquelas casas comprar outra casa. Mas depois, quando veio o general Ademar Pinto, a Emmy se dava muito com a senhora dele, então falou nisso. Então, eles flexibilizaram e permitiram que nós que estávamos nessas casas passássemos para umas casas em que estavam uns americanos — que aqui ainda tinha alguns técnicos americanos — quando eles saíssem. Então, essa casa vagou — não como é hoje, nós a modificamos, era mais simples — e eu mudei para cá. A princípio, era tudo através de um plano da Caixa Econômica. Depois de um ano, eu devia mais do que quando comprei. Aí eu fiquei apavorado, vendi uma casa que eu tinha em Minas, vendi automóvel, vendi tudo e comprei esta casa onde estamos há outros 24 anos.

I.F. – E quantos filhos a senhora tem?

Emmy Azevedo – Três.

V.A. – E eles nasceram na primeira casa?

E.A. – Renatinho na primeira e as outras duas na segunda.

R.A. – Ali tem as fotografias dos casamentos, são todos casados.

I.F. – Nasceram lá no hospital da CSN?

R.A. – O primeiro nasceu no Rio, lá perto da praça Saens Pena. Naquela época tinha um hospital provisório aqui... Eu fiquei com a responsabilidade: ela aqui não tinha a família dela nem nada, eu tinha um tio que era médico no Rio, pedi orientação e ele me indicou um médico ginecologista. Ele era até irmão de um engenheiro que deu o nome ao prédio do Clube de Engenharia, Edson Passos. Como era o nome do médico do Rio?

Emmy Azevedo – Olnei Passos. Ele tinha consultório naquele edifício onde tem o cinema Odeon. A Emmy foi lá duas ou três vezes. Quando ela desceu achando que ia ter a criança uma semana depois, chegou lá, ele examinou e falou: “Volta para Volta Redonda porque ainda leva uns 20 dias.” Ela chegou em casa, conversou com minha tia e elas chegaram à conclusão de que não ia, não; ia ficar lá. Depois de uma semana, ela começou a sentir as dores do parto, a minha tia telefonava para o médico e ele dizia: “Não, a senhora está nervosa...” O hospital até na época era modesto, perto da praça Saens Pena. Como chamava aquele hospital? Bom Pastor, uma coisa assim, um hospital evangélico, era de protestante, de instalação simples. Minha tia num determinado momento levou-a para lá, a Emmy passou a noite inteira com dores e ouvindo uma música de carnaval de uma escola de samba que tinha lá por perto. Renatinho nasceu no dia 24 de agosto, um domingo de manhã. Mas isso foi anos antes do Getúlio morrer.

V.A. – 24 de agosto de quando?

R.A. – De 1947.

V.A. – Um ano depois do casamento.

R.A. – É, nós casamos em 23 de abril de 46.

I.F. – E os filhos estudaram todos aqui em Volta Redonda?

R.A. – É, Marisa é engenheira metalúrgica também. Se formou aqui em Volta Redonda.

Emmy Azevedo – Renato também é engenheiro metalúrgico. E Maria Helena se formou em arquitetura. Marisa é a do meio.

I.F. – E os filhos estudaram todos aqui em Volta Redonda?

Emmy Azevedo – Não. Maria Helena estudou na ilha do Fundão.

V.A. – Mas e o primário...

R.A. – Ah, sim. Lá no Nossa Senhora do Rosário.

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

I.F. – Dr. Renato, eu gostaria de agradecer muitíssimo esse tempo todo que o senhor nos dedicou.

R.A. – Para mim foi um prazer, d. Ignez.

I.F. – Foi um aprendizado ótimo. Mas eu ainda não estou satisfeita: quero saber mais coisas, mas este ano está mais difícil para a gente terminar. Então, se tudo correr bem, em fevereiro...

R.A. – Ainda vai ser neste milênio, não? Neste século e neste milênio.

[FINAL DA FITA 8-A]

4ª Entrevista: 11/02/1999¹¹

I.F. – Dr. Renato, nós gostaríamos de voltar um pouco ao ponto em que o senhor, saindo da Cosipa, ingressou na Cobrapi...

R.A. – A Cobrapi, Companhia Brasileira de Projetos Industriais, foi uma empresa formada como uma subsidiária da Companhia Siderúrgica Nacional e teve esse *status* para facilitar, oferecer seus serviços a outras empresas, além da Companhia Siderúrgica Nacional. Ela teve origem, bem no princípio da companhia, em um departamento que era chamado de Departamento de Estudos e Projetos, conhecido como DEP, que se dedicava principalmente a trabalhos de mecânica e eletricidade. Tinha dois grupos de engenheiros, grande parte formados em Itajubá, porque era uma escola especializada em mecânica e eletricidade, e naturalmente desenhistas, técnicos, arquivistas etc. Esse departamento começou relativamente pequeno, no início da Companhia Siderúrgica...

I.F. – Início foi na década de 40?

R.A. – Não, eu acho que mais tarde, porque a construção da usina começou, não sei exatamente, mas eu diria aí por 42 — principalmente construção. Eu não me recordo da época em que o Departamento de Estudos e Projetos começou a funcionar, mas deve ter sido em torno da época em que a usina entrou em operação. Então, eu acho que teria sido antes de 46. Quando o general Macedo diz no seu livro que a General Electric foi impedida durante a guerra de receber engenheiros brasileiros, foram mandados alguns engenheiros ao Brasil, por sugestão do general Macedo, para que, junto aos nossos engenheiros, fizessem esse trabalho — principalmente o detalhamento dos desenhos básicos que vinham dos Estados Unidos. O trabalho de detalhamento era feito aqui por engenheiros

¹¹ As fitas 9 e 10, correspondentes à 4ª entrevista com o engenheiro Renato Azevedo, apresentaram falhas na gravação.

brasileiros, com orientação de alguns engenheiros americanos que foram mandados para cá. Isso, de certo modo, nos leva a pensar que o departamento deve ter começado até antes mesmo do início da operação, no desenvolvimento das instalações que estavam sendo executadas. Mas eu realmente não me recordo da época, mesmo porque nessa época eu trabalhava na construção do alto-forno, não tinha contato nenhum com essa parte de projetos.

Mas ele evoluiu durante esse tempo, depois passou a trabalhar para a usina nas áreas de manutenção, novas instalações, alterações, sempre como Departamento de Estudos e Projetos. Com a evolução da operação da companhia, os planos de expansão, esse departamento foi crescendo de tamanho, teve responsabilidades maiores e, com isso, eventualmente — se não me engano até foi na época do general Macedo como presidente — ele achou que devia dar a ele uma categoria de superintendência — que foi até exercida por um colega nosso muito capaz, o engenheiro Pinheiro, José de Araújo Pinheiro. E ela deu então grande apoio aos trabalhos de expansão: muita coisa foi feita aqui sem necessidade de ir para fora, desenvolvíamos aqui. Recebíamos as coisas básicas dos Estados Unidos na época, que era o único fornecedor pouco depois da guerra — inclusive o apoio econômico e tecnológico era todo americano. Então, vieram também alguns engenheiros americanos a pedido da companhia. Foi quando vieram o Trony, o Talbert ... O outro chamava-se Jack Thomas — são os que eu me lembro, talvez tenha tido outros. Isso, com engenheiros brasileiros que também se dedicaram a essa parte. Como eu falei: projetistas, desenhistas... Chegou a um ponto em que essa superintendência amadureceu de tal maneira que, dentro da companhia, nasceu a idéia de que ela poderia não só atender a usina de Volta Redonda, a Companhia Siderúrgica, como também oferecer serviços a outras siderúrgicas. Daí a idéia de fazer dela uma empresa subsidiária, em vez de ser apenas um órgão interno da Companhia. Eu não me recordo, mas certamente deve haver em algum lugar a época em que ela se tornou uma empresa subsidiária da companhia. A companhia tinha um grande número de ações, poucas eram de outras pessoas — porque a lei exige um número mínimo de acionistas para formar uma empresa.

A partir daí a Cobrapi cresceu muito. Ela trabalhou, por exemplo, muito para a Cosipa. Tanto que desenvolveu um escritório de bastante importância em São Paulo para trabalhar diretamente para a Cosipa. Um outro escritório que também teve bastante importância foi o de Belo Horizonte, que trabalhava muito para empresas siderúrgicas de Minas. E também em Vitória: um escritório em Vitória bastante importante, que fez muitos trabalhos para a Companhia Siderúrgica de Tubarão. E outros serviços menos concentrados do que esses três, e sem deixar de atender à Companhia Siderúrgica. Ela dispunha de todos os arquivos e desenhos da Companhia Siderúrgica. E pouco a pouco ela foi tendo um patrimônio tecnológico, vamos dizer assim, de muita importância, trabalhando com essas empresas. Ela chegou, em um determinado momento, além da parte siderúrgica, a trabalhar para empresas que estavam fora do campo siderúrgico. Talvez fosse interessante conversar com pessoas que tenham tido mais tempo na Cobrapi, porque eu passei um tempo relativamente curto lá. Eu fui em março de 65...

V.A. – A julho de 66.

R.A. – Dois anos e pouco?

V.A. – Não, um ano e pouquinho.

R.A. – Pois é, como eu disse, o que eu conheço não é só do tempo em que eu estive lá, porque convivi muito com o pessoal. Mas, principalmente depois dessa época em que a Cobrapi cresceu muito e começou a trabalhar até fora do campo siderúrgico, eu não tenho elementos. Seria interessante se as pessoas que eu lembro que foram diretores, engenheiros... Hoje, seria difícil obter... Talvez, na minha memória, eu possa ainda lembrar... Aliás, uma pessoa que trabalhou um pouco nos últimos tempos da Cobrapi e que foi entrevistada por vocês foi o Freschi. Mas ele eu acho que pegou mais o final da Cobrapi.

I.F. – O dr. Moraes também trabalhou um pouquinho lá.

R.A. – Porque a Cobrapi, quando necessitava, em um determinado campo, ela tinha a facilidade de chamar técnicos da Companhia Siderúrgica, já que era como que uma família só. Mas eu não tenho muitos detalhes.

V.A. – A Cobrapi funcionou até quando?

R.A. – Eu não sei se ela já acabou completamente.

I.F. – Mas está muito pequena.

R.A. – Está muito pequena, disso não tenho dúvida. Apenas não posso dizer que ela tenha terminado inteiramente, eu não sei dizer isso. Mas se existe alguma coisa, é muito pouco.

V.A. – Perdeu os escritórios de São Paulo, Belo Horizonte, Vitória?

R.A. – A minha impressão é que esses escritórios não existem mais, mas não posso garantir isso porque já estou aposentado há 20 anos. [riso] O tempo passa, eu até nem gosto de fazer essas contas porque chego à conclusão de que estou mais velho do que me sinto — o que não é mau, num certo sentido. Mas para saber do histórico da Cobrapi, eu poderia pensar um pouco para ver se consigo me lembrar... Infelizmente, alguns elementos de que eu me lembro muito já faleceram e outros se afastaram daqui, não estão mais em Volta Redonda. Se eu me lembrar, talvez eu indique para vocês alguém que possa dar maiores detalhes. Porque a Cobrapi, depois dessa expansão muito grande, e aí eu volto àquela observação que fiz, ela sofreu uma pressão muito grande de concorrentes, de empresas de consultoria que não eram especializadas em siderurgia. No momento em que a Cobrapi passou a agir em campos fora da siderurgia, aí a concorrência foi muito forte. Chegou uma época em que organismos oficiais — não me recordo de detalhes — foram limitando o campo da Cobrapi até que ela só pôde agir no campo siderúrgico e, se não me engano, somente na Companhia Siderúrgica. Com isso, ela começou a reduzir muito seu campo de ação e naturalmente diminuiu seu corpo técnico, suas atividades...

E, voltando àquele ponto que eu falei [antes do início da gravação] na época do início do governo Collor, quando houve uma pressão e a situação se tornou muito difícil, principalmente para as empresas — não só para a Cobrapi,

Renato Azevedo

mas para a Companhia Siderúrgica, porque o governo impedia que empresas como a Companhia Siderúrgica aumentassem os preços de seus produtos, enquanto o custo dos produtos crescia com a inflação muito grande... Por exemplo, só com o carvão, que as empresas siderúrgicas brasileiras importam muito, porque o nacional não é de boa qualidade para a siderurgia, elas gastavam quantias muito grandes em dólares e o dólar ia subindo sempre. A mão-de-obra também subindo sempre, e outros insumos: transportes etc. Então, chegou uma época em que a Companhia Siderúrgica tinha um custo maior do que o preço de venda. Aí, evidentemente era uma questão de tempo. A companhia passou a ter prejuízos muito grandes e até certo ponto era auxiliada pelo governo. Em determinado momento o governo achou que isso não podia mais continuar. Houve uma conversa que eu ouvi, não sei até que ponto isso era sério, de fechar Volta Redonda — o que seria um absurdo, mas chegou-se a falar nisso. Foi quando veio para cá o presidente Lima Neto.

Aliás, há até um livro do Lima Neto sobre isso, que eu posso emprestar a vocês: *A volta por cima*. O Lima Neto é uma figura bastante polêmica aqui em Volta Redonda, mas no meu entender, na minha opinião pessoal, eu acho que ele fez um grande serviço para a companhia. Ele dizia — eu não sei, nunca participei porque, quando o Lima Neto veio para cá, eu já estava aposentado da companhia, nunca tive muito contato pessoal com ele... Nesse livro ele diz isso: que o governo, na época — a companhia era toda do governo, estatal — convidou várias pessoas para a presidência, que recusaram. Ele teria sido o terceiro ou o quarto.

V.A. – As pessoas recusavam?

R.A. – Recusavam, não queriam, porque era uma empresa que estava em uma situação muito difícil. E ele então tinha pedido ao governo parece que US\$ 600 milhões para consertar a companhia. O governo prometeu, ele veio para cá e o governo nunca deu nada. Mas ele conseguiu tirar a companhia do buraco. Ele fez algumas alterações e cortou muita gente. A companhia, não só em Volta Redonda, mas considerando os escritórios do Rio, o setor de Santa Catarina, o setor de Minas etc., tinha um total, em números redondos, de 24 mil, 25 mil empregados, e ele reduziu isso para 17 mil. Ele demitiu, afastou ou fez aposentar cerca de sete mil empregados na época. Isso causou um impacto bastante grande, particularmente aqui em Volta Redonda, onde o comércio, por exemplo, depende muito da folha de pagamento da companhia. Mas a resposta dele, até certo ponto, tinha seu fundamento. Ele disse: “Eu demiti sete mil mas salvei o emprego de 17 mil.” Era o argumento básico dele, e nesse livro ele explica.

E ele também fez uma reestruturação grande na parte de transportes de produtos da companhia, onde aparentemente havia irregularidades, cartéis etc., e também de empresas distribuidoras dos produtos da companhia. Foi política da companhia, quase desde o início, vender seus produtos “fob”, *freight on board*, aqui em Volta Redonda. Então, quem comprasse da companhia tinha que providenciar transporte e vender lá como quisesse ou como pudesse; a companhia não se responsabilizava por isso. Mas falava-se muito que nessa parte de transportes havia muitas irregularidades.

Além disso, também havia uma certa guerra entre transporte em caminhões e transporte ferroviário. Os produtos siderúrgicos, logicamente, deviam ser transportados por via ferroviária, porque os produtos eram muito pesados etc.

E a Central do Brasil sempre pressionou muito a companhia, porque queria o transporte desses produtos e, por sua vez, tinha uma carta importante na manga porque fazia o transporte das matérias-primas: trazia o carvão do porto do Rio de Janeiro, trazia o minério de Minas. Então, a companhia, embora vendesse na usina, dizia: “Eu vendo aqui na usina. Agora, o comprador que diga: se ele quiser, a gente põe na ferrovia ou põe em caminhão.” E a preferência foi sempre por caminhão, embora pareça estranho. Mas, por exemplo, para São Paulo, que era o maior mercado, quando o caminhão pegava aqui uma carga, no mesmo dia ou no dia seguinte estava na indústria que comprou aquilo. Estava lá. Pela Central do Brasil, levava uns 15 dias. Os vagões ficavam pelo caminho, havia épocas de levarem dez dias para chegar lá. E não chegava na empresa transformadora: chegava na estação da Central do Brasil. Então, tinha que transportar em caminhão para lá. Então, a preferência do comprador era muito pelo transporte por rodovia. Depois, quando o Lima Neto veio aqui, ele achou — eu não sei detalhes disso — que havia grupos que dominavam esse campo.

Da mesma maneira, a companhia, em suas vendas, vendia diretamente para grandes compradores — digamos as indústrias automobilística, naval. A companhia nunca se propôs a vender pequenos lotes, porque aí ela teria que ter uma empresa, um setor, uma superintendência de vendas enorme distribuída pelo Brasil todo. Houve uma época... Inclusive quando o Jânio Quadros foi presidente, ele queria que se vendesse aço como se vendeu gasolina: no Brasil todo pelo mesmo preço. Mas isso seria inviável por causa do transporte. Vender uma coisa aqui no Rio de Janeiro, aqui em Barra Mansa, em São Paulo, é diferente de vender em Porto Alegre, na Bahia, em Recife. São coisas diferentes. Mas a companhia, então, para atender a esses mercados pequenos, que inclusive muitas vezes dependiam de financiamentos etc., ela tinha uma rede de distribuidores de aço que compravam da companhia por um certo preço e revendiam em pequenas quantidades. O Lima Neto também alterou muito isso porque com o tempo — eu ouvi dizer, não posso provar nada — havia muitas irregularidades com essas firmas. Muita gente ficou muito rica porque a companhia vendia por um preço certo, que depois os revendedores e distribuidores... Naturalmente tinha muito distribuidor e, como em toda coletividade grande, tem coisa boa e coisa ruim.

I.F. – Só um parêntese: o preço do aço nas usinas siderúrgicas sempre foi controlado pelo governo.

R.A. – Sim.

I.F. – E o dos revendedores não?

R.A. – Possivelmente. Eu não sei dizer, mas possivelmente seria isso que a senhora está dizendo. Eu não posso garantir porque nunca trabalhei na área comercial da companhia, eu sempre trabalhei na área técnica. E mesmo depois, como diretor, a minha diretoria não interferia na diretoria comercial.

V.A. – E o Lima Neto veio no governo Collor?

R.A. – Foi no Collor, no governo Collor. Ele ficou até a época em que... Ele preparou a companhia para a privatização. E, como eu disse, eu acho que ele fez um serviço importante...

I.F. – Mas houve ameaça mesmo, concreta, de fechar a CSN?

R.A. – Bom, não sei até quando foi isso, mas falou-se nisso. Acharam que era inviável: a Companhia estava dando prejuízos cada vez maiores, tirando dinheiro em bancos para pagar a folha de pagamento, pagando juros cada vez maiores. Era uma situação inviável e o governo sentia-se, naturalmente, em dificuldades. Mas isso era coisa que eu ouvia de maneira geral, já estava aposentado e não posso dizer exatamente o que aconteceu. Nessa época, o governo tinha criado um organismo chamado Siderbrás, uma *holding* de todas as empresas siderúrgicas estatais, que eram as maiores: a Companhia Siderúrgica, a Cosipa, a Usiminas — as três grandes. Não sei se tinha mais alguma. Então a Siderbrás controlava essas coisas — era um órgão oficial como é a Petrobrás, a Nuclebrás etc., e eles então controlavam essa situação. Mas o Lima Neto conseguiu mudar essa situação e a companhia passou a funcionar e a dar lucro. Ele preparou a companhia para a privatização. Depois, houve uma certa época em que parece que ele ficou em uma situação, não sei se politicamente é a palavra correta... — já no governo Itamar Franco, que substituiu o Collor após o *impeachment*. E o Lima Neto acabou se afastando da companhia. Então, durante um certo período a companhia teve como presidente um superintendente que nós tínhamos aqui. Mas quando houve a privatização de fato, o Lima Neto parece que trabalhou muito, mesmo fora da companhia, pela privatização, com os grupos interessados. E com o grupo que comprou a companhia, o Lima Neto voltou como presidente. Aliás, eu não sei se ele era presidente ou do conselho... Porque aí mudou a estrutura da Companhia. Mas depois ele também acabou saindo, porque a companhia mudou inteiramente a estrutura.

[INTERRUPÇÃO DA GRAVAÇÃO]

Mas voltando à Cobrapi: houve uma política do governo, naturalmente no sentido de conter aquela inflação, que de certo modo segurou não só a construção de novas usinas como a expansão das existentes. E isso naturalmente tirou o mercado da Cobrapi, porque exatamente ela trabalhava na expansão e para manutenção, mas principalmente para a expansão...

I.F. – Nós andamos lendo que o crescimento da Cosipa e da Usiminas atrapalhou um pouco a CSN, que até então atuava sozinha, praticamente. No momento em que houve essa concorrência, o crescimento e até a manutenção da CSN foram afetados. O senhor acha que elas tiveram influência mesmo na crise da CSN?

R.A. – Eu não penso que a Usiminas e a Cosipa tenham prejudicado a CSN. Naturalmente, passou a ter uma concorrência que não existia. Como o mercado brasileiro cresceu muito, e houve uma época em que pôde exportar e até hoje exporta bastante, eu acredito que não houvesse limitação de mercado. Aí passou a ser talvez mais uma questão de localização ou de qualidade. Eu não acredito que a Cosipa e a Usiminas tenham provocado uma crise na Companhia Siderúrgica. Naturalmente passou a ter uma concorrência: ela não era mais... não vou dizer que a única, porque antes dela havia a Belgo-Mineira e outras empresas, mas não do tamanho dela... Só que havia diferenças. Essas empresas que vieram mais tarde, já na década de 60, 20 anos depois de Volta Redonda, encontraram um mercado

diferente, porque uma empresa dessas é projetada para um determinado mercado. Então, por exemplo, quando a Companhia Siderúrgica foi feita, na década de 40, havia grupos no Brasil que queriam... A produção que hoje é a principal, de aços planos, chapas grossas, finas etc., não se falava tanto nisso. Falava-se muito em trilhos para as estradas de ferro. A Marinha, por exemplo, queria chapas largas para fazer costados de navio, muito mais largas, com menos soldas etc. Então, a companhia seguiu, digamos assim, o mercado que se apresentava, que era muito diversificado e exigia uma variedade muito grande de produtos e em pequenas quantidades. Isso encarece enormemente a produção.

E ela teve, de outro modo também, que criar uma organização de manutenção muito grande, porque ela não podia contar com a manutenção de outros. No Brasil havia muito poucas empresas que pudessem atender Volta Redonda num problema mais sério de manutenção rapidamente, com equipamento próprio. Então, a companhia teve que não só fazer a usina para produzir uma variedade de produtos, como chapas tão largas quanto a Marinha queria, porque seria um laminador muito grande para fazer aquilo, muito caro, e ia trabalhar uma parte do ano só porque não ia ter mercado, o mercado era pequeno. Então, optou-se por um valor médio na época, que por algum tempo esteve bem. E aquilo que era a produção de trilhos e perfis, perfilados para a construção metálica... naquele tempo o Brasil desenvolveu uma técnica muito grande, muito boa, excelente, em concreto armado. Então, a estrutura metálica, a demanda de trilhos variava muito. Tinha uma época em que as estradas de ferro queriam muitos trilhos. De repente não queriam mais porque não tinham verbas. E trilhos de vários tamanhos; isso exige equipamentos diferentes, cilindros diferentes. Então, tinha que ter uma quantidade enorme de cilindros importados — no Brasil não se faziam cilindros de laminação naquela época. Voltando à idéia da cozinha, fazer chapa é como se fosse um rolo: você pega uma massa de que você vai fazer um pastelão e você faz aquilo. Só que a gente faz com aço quente — mas é maleável. Ou então você faz um perfilado, pega um cilindro recortado e então mete aquela massa ali e ele sai lá com o formato que você quer: em formato de i, em formato de l, ou redondo etc. São dois cilindros, o material passa entre eles, como se fosse uma dentadura, e sai aquilo. Então, o equipamento, nesse laminador de trilhos e perfis... Houve uma gama de produtos, não só nos formatos mas nos tamanhos, e a companhia teve que fazer isso. Tinha que fazer uma manutenção muito grande porque, como eu disse, não havia no Brasil disponibilidade de empresas, como existe hoje, que pudessem atender. Cilindros — hoje se fazem cilindros, a Vilarés faz cilindros muito bons etc.— mas tudo era importado. Tivemos que fazer uma fundição. Agora, já a Cosipa e a Usiminas, que vieram 20 anos depois, não tiveram esses problemas.

Outra coisa que se fez aqui em Volta Redonda, também, foi a parte social. Na usina, aqui, nós tivemos que construir casas para o pessoal todo. A Cosipa não construiu casa para ninguém.

[FINAL DA FITA 9-A]

R.A. – Tem os perfilados, mas pequenos perfilados, não os que existem aí de quase um metro de comprimento. A Belgo-Mineira, por exemplo, não fazia produtos planos, e até hoje, que eu saiba, não faz. A Belgo-Mineira começou principalmente com vergalhão para concreto armado. Não só ela como outras as empresas um pouco menores que a Belgo-Mineira. E arame — também

Renato Azevedo

perfilados, mas perfilados pequenos. Aliás, a Belgo-Mineira chegou, durante a guerra, a tentar fazer trilho para atender às estradas de ferro.

V.A. – Quer dizer que a Cosipa e a Usiminas só fazem chapas?

R.A. – Produtos planos, chapas.

V.A. – Para a indústria automobilística?

R.A. – Principalmente. Por exemplo, a Cosipa, que está junto de São Paulo, feita lá pelos paulistas para atender aquela demanda. Naturalmente, ela sempre teve uma situação até certo ponto privilegiada, por estar junto do mar, para receber carvão. Tem um porto próprio hoje. Embora o subsolo dela tenha consumido uma quantidade enorme de estacas — o subsolo dela não agüenta grandes pesos de equipamentos ou de construções. Já a Usiminas começou procurando fazer principalmente chapas para a indústria naval. A Usiminas já veio com um *know-how* diferente, japonês. O Japão tinha se desenvolvido muito, depois da guerra, e até hoje tem uma indústria siderúrgica de primeiro nível. Muitas vezes, não sei atualmente, o Japão exportou mais do que os Estados Unidos. Os americanos têm até que conter as importações do Japão de excelente qualidade. Os países que perderam a guerra, Alemanha e Japão, por exemplo, perderam os equipamentos todos que tinham, mas construíram, depois da guerra, com equipamentos e processos novos. De modo que a indústria americana, por exemplo, que não sofreu com a guerra, não podia sucatear toda a sua indústria e então mesclou coisas novas com coisas velhas, e ficando com a produção mais dispendiosa. E já o Japão e a Alemanha vieram não só equipamentos novos, mas com processos novos e muito mais econômicos.

Mas voltando ao caso da concorrência da Cosipa e da Usiminas, a Usiminas e a Cosipa, quando entraram, 20 anos mais tarde, já se aproveitaram de um desenvolvimento que o Brasil tinha tido e da experiência da CSN: o que deu certo e o que não deu certo na companhia.

V.A. – Muitos engenheiros e técnicos da Companhia foram para essas...

R.A. – Principalmente para a Cosipa. Para a Usiminas, muito pouco. A Usiminas recebeu principalmente o pessoal que se formava lá em Minas mesmo, na escola de Ouro Preto e em Belo Horizonte. Mas para a Cosipa foi muita gente. Então, a existência, aqui de uma fundição: eles não precisavam de ter fundição mais porque já existia no Brasil. Nós temos até hoje a fundição, eles terceirizaram. Nós temos uma oficina, uma organização muito grande nas partes elétrica e mecânica para atender a manutenção da usina. Não havia no Brasil, na época em que nós começamos aqui, no final da década de 40, organizações que pudessem atender a usina, que precisava de equipamentos 24 horas por dia. Já a Usiminas e a Cosipa encontraram um clima diferente, elas já tinham um pouco mais de segurança do mercado, e até certo ponto se aproveitaram também da nossa experiência: o que deu certo em Volta Redonda, o que não deu certo. Particularmente na Usiminas, os japoneses fizeram um excelente serviço e a Usiminas foi uma empresa cujo produto sempre foi considerado o melhor do Brasil. Não que o nosso fosse ruim, mas eles capricharam muito, é mais moderna e é uma empresa de muito sucesso. E a Cosipa também...

V.A. – Agora, no início, o apoio técnico e econômico da CSN era todo americano.

R.A. – É, nós recebemos o *know-how* americano.

V.A. – E com o tempo os japoneses foram aparecendo. Tanto que nós vimos no seu currículo que, quando o senhor foi adjunto industrial, de 71 a 75, o senhor cuidava da administração de contratos de assistência técnica da CSN com empresas americanas e japonesas.

R.A. – Mas eu não tive contato quase nenhum com os japoneses; muito pouco, muito pouco.

V.A. – Eu gostaria de saber quando começou a entrar essa influência japonesa?

R.A. – Eu diria que deve coincidir com a entrada da Usiminas. Assim como nós tivemos a tecnologia, o *know-how* americano, a Usiminas teve o japonês. Principalmente japonês — talvez tivesse tido alguma coisa extra, de outros países. E, pelo que eu estou informado, a Usiminas foi a primeira demonstração que os japoneses quiseram dar ao mundo de que eram capazes de fazer. Foi a primeira usina que eles fizeram fora do Japão.

V.A. – O senhor sabe quando foi feita a Usiminas mais ou menos?

R.A. – Acho que na década de 60. Eles fizeram uma usina muito boa. Inclusive a Usiminas teve parte de capital japonês — até hoje ainda tem, não sei se é 15 % do capital, depois decresceu... Durante uma certa época em que eles estavam ampliando, acho que os japoneses, nas fases que nós tivemos críticas, não participaram dos aumentos. A Usiminas sempre teve um contato muito grande com a indústria japonesa. A siderurgia japonesa, passado o efeito da guerra, cresceu muito e realmente a Usiminas foi uma demonstração que eles quiseram dar ao mundo da capacidade... Mas eu acho que a indústria siderúrgica japonesa começou a se projetar e particularmente no Brasil, a Usiminas foi a grande demonstração da capacidade deles. Depois, mais tarde, a Companhia Siderúrgica passou a se aproveitar, a contratar os técnicos japoneses, em vez de americanos.

V.A. – Engenheiros daqui iam para o Japão?

R.A. – Para o Japão, fazer estágios... Para o Japão, engenheiros nossos não foram muitos, não. Foram muitos da Cosipa e da Usiminas. Mas na Companhia Siderúrgica, nós tivemos técnicos japoneses aqui.

V.A. – E quanto às fases de expansão da companhia ?

R. A. – A companhia criou um organismo próprio, um núcleo na usina, que tinha seus engenheiros, seu pessoal de projetos e compra de equipamentos etc. Eu nunca fiz parte desses grupos, estava trabalhando mais na parte de operação. De modo que não tenho assim um conhecimento, uma visão boa da parte de expansão da companhia.

V.A. – Nós lemos que teve o Plano B, o Plano C e o Plano D. E o Plano A?

R.A. – O Plano A eu acho que foi o inicial.

V.A. – A expansão, a gente leu que teria sido feita para atender também ao mercado, durante o governo JK, e o Plano D, de 65 em diante. Isso o senhor confirma ou também não acompanhou muito?

R.A. – Eu, realmente, em todos esses planos, minha contribuição seria apenas paralela. Eu nunca pertenci aos grupos de expansão, nunca tive uma atividade grande nos planos de expansão que me dessem conhecimentos para me referir aos mesmos. Como eu disse, eram organismos que atuavam paralelamente à operação, mais ou menos independentes.

I.F. – Quando foi montada a usina, os funcionários vinham, eram contratados, viravam funcionários da CSN e aqui ficavam. Quando tinha essas expansões, eram contratados por período?

R.A. – Naturalmente, deve ter sido por contratos. Eu acredito que já nessa época a companhia tenha usado empresas... A companhia sempre deu uma assistência social muito grande a seus empregados, e isso fazia com que o pessoal da companhia fosse um pessoal relativamente caro. E, para um período assim determinado, não seria o caso de admitir como empregado da companhia porque aí teria problemas trabalhistas além da parte econômica.

I.F. – Mas o senhor não acompanhou isso, não.

R.A. – Não.

I.F. – E esse excesso de funcionários, que inclusive sete mil foram demitidos. A causa disso foi necessidade mesmo de gente no momento, ou houve uma política de empreguismo, interferência de outras pessoas para inchar tanto o número de funcionários?

R.A. – Bom, eu acredito que sim. Eu não tenho uma visão muito clara do problema. Mas como uma empresa estatal, é de se entender que, com o tempo, várias administrações que passaram, a companhia tenha sofrido esse problema que faz com que até hoje haja esse interesse em transformar as empresas em empresas geridas por empresas particulares. O perigo [trecho inaudível] estatal, do governo, é que nem sempre elas seguem o critério técnico ou econômico ... E quando vem um, principalmente se for num cargo mais elevado, ele traz outros elementos, e isso vai ficando... A companhia, pelo menos até essa crise, era uma companhia que sempre tratou muito bem seus empregados, e naturalmente muita gente que vinha para cá não tinha interesse em sair, se ajeitava por aí. E com isso ela foi pouco a pouco crescendo demais. Mas isso foi, digamos assim, um crescimento ao longo dos anos. Então, quando chegou o período em que a companhia estava mal economicamente, quando o Lima Neto veio para cá, ele passou o bisturi. Ele fez uma lipoaspiração, extraiu um bocado de gordura. Agora, ele, por exemplo, também... Em grande parte essa redução de pessoal não foi propriamente no pessoal de operação da usina. Uma boa parte foi porque ele desativou certas

atividades que a companhia tinha no Sul, em Santa Catarina. Nós tínhamos lá não só a mineração como tínhamos um lavador de carvão, uma termoelétrica etc. E já nessa época, a dependência do carvão nacional era muito menor do que foi no princípio, quando nós gastávamos, na mistura, mais de 50% de carvão nacional. Aí começou a descer para menos de 20%. Então, nessa época do Lima Neto, eu tenho a impressão que praticamente foi desativado esse setor em Santa Catarina, ficou muito pouca coisa.

I.F. – Agora, só usam o carvão importado.

R.A. – Atualmente, não só Volta Redonda, como a Cosipa e a Usiminas só usam carvão importado — para uso metalúrgico. Porque o carvão para uso metalúrgico tem uma especificação, ele tem características mais rigorosas do que um carvão para queimar em uma caldeira, em uma locomotiva. Tem que ter teor muito baixo de enxofre, teor muito baixo de cinza, tem que ter capacidade de aglomerar. Há certos carvões que têm boas qualidades, mas não fazem coque. Se a senhora puser em um forno de coqueria, ele entra pulverulento e sai pulverulento. Depois, ele também cortou muito na parte burocrática e favoreceu muito aqueles que queriam sair. Essa redução foi grande, como eu disse eu já estava até fora da companhia, já estava aposentado... Porque eu me aposentei em 79 e, quando o Lima Neto veio para cá, eu já não estava mais na empresa.

V.A. – Nessa parte do carvão, o senhor trabalhou como chefe do escritório em Nova York. Eu queria saber como eram adquiridas as matérias-primas que vinham de fora do Brasil? Quais eram, como era esse processo?

R.A. – As matérias-primas para a indústria siderúrgica — principalmente carvão, minério de ferro e outros, calcário para fazer a escória... Vamos pegar essas três, por exemplo. O carvão, em boa parte... A princípio, como eu disse, o percentual de carvão nacional era grande, da ordem de 60% ou coisa assim. Mas, como o carvão nacional, para uso metalúrgico, não tem boas características, ao longo dos anos foi-se reduzindo e se dependendo mais e mais do carvão importado.

V.A. – De onde vinha esse carvão?

R.A. – O carvão nacional vinha quase que inteiramente de Santa Catarina. O Rio Grande do Sul, por exemplo, tem carvão também; só que o carvão do Rio Grande do Sul não tem essa propriedade de aglomeração. Ele, aquecido, não forma uma pedra, que é o coque, digamos assim. Já o carvão de Santa Catarina tem. Então, por isso, a companhia acabou recebendo, no início, minerações do sul de Santa Catarina — minerações subterrâneas, depois a céu aberto. Mas isso tudo era da empresa, então não tinha problema nenhum. Ela chegou a ter uma frota de navios, tinha um lavador para separar o carvão que saía da mineração... Era um carvão que tinha que separar material: a brita, o enxofre, a cinza, etc. Do carvão minerado, o carvão metalúrgico era menos de 20%.

V.A. – E ele vinha de Santa Catarina de navio?

R.A. – É, saía de lá, ia até o porto de Tubarão e vinha de navios, que a companhia depois comprou, até o Rio de Janeiro.

I.F. – Tubarão, em Santa Catarina?

R.A. – Tubarão de Santa Catarina. No Rio, desembarcava e vinha por ferrovia até aqui. Já o carvão importado, a companhia comprava principalmente dos Estados Unidos, na época. Hoje compra de vários outros, mas principalmente era dos Estados Unidos.

V.A. – Na época em que o senhor era superintendente.

R.A. – Era, principalmente. Então fazia-se, anualmente, uma concorrência entre os grandes fornecedores de carvão.

V.A. – Nos Estados Unidos — os grandes fornecedores americanos.

R.A. – Americanos. Tinha lá pelo menos uns três ou quatro grandes fornecedores que apresentavam propostas. Aqui, os órgãos da companhia — e no tempo em que eu estive lá, junto com outros engenheiros que constituíam o grupo — submetidos ao diretor industrial decidiam a compra. Isso funcionava mais ou menos por um ano. Quanto ao minério, era semelhante à questão do carvão nacional: a companhia tem até hoje a sua mina de Casa de Pedra, em Congonhas do Campo, perto de Lafaiete, que a companhia recebeu desde o início de sua fundação. O governo desapropriou, que era de uma firma estrangeira, e passou para a Companhia Siderúrgica. Isso vinha também pela Central do Brasil, de Lafaiete para cá diretamente. E os fundentes, como nós chamamos, a companhia também tinha as suas pedreiras próprias. Então, vinha também por via ferroviária.

V.A. – De onde?

R.A. – Nós recebemos o calcário de vários lugares. A princípio, nós recebemos um calcário de muito boa qualidade da região um pouco ao norte de Belo Horizonte, Sete Lagoas etc., mas era um problema de transporte muito complicado porque era bitola estreita. Depois, passamos a receber de perto de São João Del Rei, um lugar chamado Barroso. Daqui também, de perto de Vassouras, de Barão de Vassouras, do Paraná... Do oeste de Minas, da região de Campo Belo e Arcos. E até hoje a companhia recebe de lá. Essas minas são de propriedade da companhia. Na época, ela só comprava praticamente o carvão, e outros produtos não de tanta tonelagem.

I.F. – Esse calcário é o mesmo usado na indústria de cimento?

R.A. – Bom, até na região de Lafaiete havia uma empresa que queria nos vender calcário. Só que a especificação do calcário para a indústria de cimento é diferente. Para a indústria siderúrgica o calcário não pode ter enxofre. No carvão ainda se absorve alguma coisa, mas no calcário não pode ter por uma razão muito simples: o calcário vai fazer a escória para tirar o enxofre; se já entra com enxofre, não é viável. Então, uma pedreira de calcário até interessante, perto de Lafaiete, nós não podíamos usar. Era um calcário de boa qualidade mas tinha esse problema de enxofre. Esses outros que eu citei não tinham problema de enxofre. E nós já tínhamos uma dose grande no carvão nacional. Mas, de modo geral, tanto quanto

eu sei, eu não estou familiarizado com a indústria de cimento, mas eu acho que quanto aos outros componentes do calcário — cálcio, magnésio, um pouco de sílica etc...

V.A. – O senhor foi chefe de escritório em Nova York de junho de 75 a maio de 79. Nesse período, o senhor ficou responsável, além do carvão importado, pela compra e o envio, para o Brasil, de peças sobressalentes, sem similar nacional. Que peças eram, como era?

R.A. – O escritório de Nova York não comprava carvão. O escritório de Nova York era o intermediário entre a CSN no Brasil e os fornecedores de carvão. Quer dizer, nós pedíamos propostas, mandávamos para cá, e as propostas eram decididas aqui. Então, nós recebíamos lá e fazíamos os contatos com os fornecedores... Cuidávamos de arranjar os navios, contratar os navios que vinham trazer o carvão, fazer o contato direto com os fornecedores... Essa parte era lá. Agora, as peças sobressalentes realmente nós adquiríamos sob a especificação... As encomendas eram feitas aqui: dava a tonelagem, o material, e então o escritório de Nova York obtinha propostas. Mas essas decisões eram todas tomadas aqui no Brasil. O escritório operava sob as ordens da Companhia Siderúrgica no Brasil.

V.A. – Recebia as encomendas...

R.A. – Recebia, tinha que cuidar, discutir com eles... Porque naquela época nós dependíamos muito de licença de importação e isso era um entrave. Muitas vezes a licença de importação era dada por um período e depois terminava aquele período. Havia problemas também financeiros aqui no Brasil, de dólares etc. Eu tive lá muitos problemas, porque o fornecedor tinha o equipamento pronto e não podia embarcar porque nós não tínhamos licença de importação. Nós não podíamos, de maneira nenhuma, embarcar um equipamento que não tivesse licença de importação. De modo que o escritório do Rio é que fazia esse contato, e o escritório de Nova York fazia o contato lá, inclusive com as empresas que cuidavam do armazenamento, porque nem sempre chegava no navio e ia embora. Então tinha um período em que ficava retido em armazéns. E a usina gritando que precisava, mas nós estávamos presos, porque não podíamos, de maneira nenhuma, pôr alguma coisa num navio que não tivesse licença de importação válida. Porque muitas vezes também a licença de importação caducava, ela era dada por um período... E cadê a licença de importação? A companhia tinha que ter o equipamento. Até resolver, tinha que pedir outra. E aí entravam problemas políticos e uma série de coisas. Eu nunca participei disso mas sei que criava um problema muito sério lá com os fornecedores: questões de pagamentos, Volta Redonda tinha que transferir dólares para lá mas para conseguir dólares tinha que obedecer a certos regulamentos aqui para nós podermos fazer os pagamentos lá... Nós éramos intermediários, praticamente não tomávamos decisões. Só facilitávamos, viabilizávamos os problemas de transportes, contatos diários com os fornecedores, a parte de armazenagem, contrato de navio para trazer carvão e peças também.

V.A. – O senhor esteve na Cosipa no período da queda de João Goulart e da instauração do IPM — o senhor já nos relatou o que aconteceu. Agora eu queria

Renato Azevedo

saber: aqui na Siderúrgica, na CSN, em Volta Redonda, houve também interferência dos militares ?

R.A. – O primeiro presidente da companhia não era militar, foi o Guilherme Guinle. Mas ele foi um presidente que não interferiu muito, o diretor era o Macedo Soares, que era militar, foi professor da Escola Técnica do Exército, que hoje é o Instituto Militar de Engenharia, e que então facilitou a vinda de engenheiros militares para cá, muito bons aliás. E depois, o general Macedo foi substituído pelo general Raulino, que também era militar, e isso fez com que, dadas as conexões, famílias, conhecimentos de escola, disso, daquilo, então viessem bastante militares. Então, houve influência nesse sentido; não uma influência má, mas uma influência no sentido da presença ou de pessoal de alto cargo: diretores, presidente da Companhia... Depois do general Ademar Pinto, foi o dr. Plínio Catanhede, depois do dr. Plínio Catanhede foi o Benjamin Batista. Mas acho que depois do Ademar Pinto não teve militares.

I.F. – [trecho inaudível].

R.A. – Esse mesmo. Depois, substituiu o dr. Plínio...

V.A. – Aí vem Lúcio Meira no governo Goulart.

R.A. – O Lúcio Meira foi com o João Goulart. Antes do Lúcio Meira foi um civil também, Paulo José de Lima Vieira [trecho inaudível]... Depois entrou, mas que era já da companhia, o general Osvaldo Pinto da Veiga.

[FINAL DA FITA 9-B]

V.A. – ... Osvaldo Pinto da Veiga, que já era general?

R.A. – Eu acho que já... não sei. A gente sempre fica com o último cargo, não? O general Macedo começou quase como coronel, aqui.

I.F. – O engenheiro Osvaldo Pinto da Veiga era militar.

V.A. – Ele, então, já era da companhia?

R.A. – Já era da companhia.

V.A. – Os outros, o general Américo e o outro.

R.A. – Eles vieram de fora, não eram da companhia, não eram do corpo...

V.A. – O senhor não sentiu uma diferença grande...

R.A. – É, eu acho que o relacionamento de militares com a Companhia Siderúrgica evitou que a Companhia Siderúrgica sofresse uma intervenção como aconteceu na Cosipa. Na Cosipa, após a Revolução de 64, eu creio que falei sobre isso, houve uma série de artigos que saíram no *Estadão*, metendo o pau na

companhia, falando mal da empresa, aquela coisa de jornal. Aí foi instalado, se não me engano em julho de 64, um IPM.

V.A. – E aqui na CSN, o senhor não soube se houve?

R.A. – Eu acho que não. Do meu conhecimento, não.

V.A. – Para a Cobrapi, o senhor foi em março de 65. Quer dizer, o senhor voltou da Cosipa... A sede da Cobrapi era aqui?

R.A. – A sede foi sempre aqui. Depois ela desenvolveu esses escritórios em São Paulo, Belo Horizonte, Vitória etc. Mas, tanto quanto eu sei, a presidência dela era ocupada por um diretor da CSN.

V.A. – Então, o senhor voltou da Cosipa, se apresentou ao novo presidente...

R.A. – Era o Pinto da Veiga.

V.A. – E ele então o designou para a Cobrapi.

R.A. – Para diretor da Cobrapi. Eu fiquei lá pouco tempo, um ano e pouco. Depois, o coronel Pena, que foi vice-presidente da companhia, diretor da companhia, meu contemporâneo, me chamou para ser novamente superintendente. Porque antes de ser diretor, eu fui superintendente por um período relativamente pequeno.

V.A. – E sobre a administração do município ? De 54 a 67, a prefeitura e a CSN parece que geriam concomitantemente — a CSN continuava gerindo as casas. Mas em 67, foi criada a Cecisa, a Imobiliária Santa Cecília, e as casas foram transferidas para essa imobiliária e a prefeitura recebeu o patrimônio público. Até a água que era fornecida às casas, a prefeitura passou a ter que comprar da companhia porque o reservatório de água permaneceu dentro da companhia. Houve mudança ? Foi uma mudança muito grande em Volta Redonda? Como foi?

R.A. – A mudança maior que eu me lembro ... Nós estamos falando também da época em que eu estive na Cosipa...

V.A. – Em 67, não.

R.A. – Não, em 67 eu já tinha voltado. Mas logo após a emancipação de Volta Redonda, um ponto que eu me lembro que causou um pouco mais de impacto foi a criação de um novo código tributário na prefeitura de Volta Redonda. Volta Redonda era um distrito de Barra Mansa e nós pagávamos impostos a Barra Mansa. E logo após a emancipação foi criado um código tributário que aumentou de uma maneira bastante grande — eu não me lembro de números — os impostos que a companhia tinha que pagar. Isso é que eu lembro. Agora, depois, eu não me recordo. Mas a CSN é até hoje a grande pagadora de impostos aqui da prefeitura. Agora, eu não recordo a partir de que época a companhia... A companhia construiu a cidade toda e cobrava aluguéis muito módicos.

V.A. – Pelo que nós lemos, foi em 67 que foi criada a Cecisa.

R.A. – É, a Cecisa cuidou disso.

V.A. – Ela foi criada em 67, e aí passou a vender as casas. E o patrimônio público passou para a prefeitura, quer dizer, as praças, as ruas...

R.A. – Eu acho que de certo modo isso foi gradativo. Inclusive, o problema da água que você disse... A princípio a água aqui era tirada do rio Paraíba mas a companhia tinha um tratamento de água muito bom. A água podia ter um gostinho de cloro mas não tinha germe, não era suja. Mas depois que a prefeitura entrou — a companhia talvez fornecesse a ela —, mas a prefeitura começou a criar também reservatórios. Eu creio que até hoje — eu não estou familiarizado, hoje — mas eu acredito que a água da companhia seja só para a usina, porque desde o princípio ela tem o que chama de “água crua”, que é a água usada, por exemplo, para resfriamento. Essa é uma água que sofre um tratamentozinho de limpeza de material que possa ter no rio etc., mas não é potável. Agora, tem a água tratada que vem, ou pelo menos vinha, para as casas e que a gente bebia. Então, esta passava por um controle biológico e ficava uma água pura, era filtrada em tanques. Foi uma instalação até — não sei se me referi — que o dr. Paulo Martins teve uma briga muito grande com a McKee, porque ele tinha uma idéia, eles tinham outra.

V.A. – Até puseram uma régua e dividiram: daqui para cá...

R.A. – É. Porque o dr. Paulo Martins, quando foi para lá, estava cuidando da parte civil mas era especialista em tratamento de água. Ele, se não me engano, até cuidou disso em Santos, era chefe do Serviço de Águas de Santos.

V.A. – O que a gente leu também foi que, a partir de 67, as casas sendo vendidas, apesar de o morador ter a opção de compra, ele não tinha condições de comprar, e que isso modificou muito o padrão de vida das pessoas em Volta Redonda, dos funcionários da companhia, porque tiveram que abandonar suas casas, não tinham como pagar, foram morar distante, passaram a ter que pagar por transporte, água, energia e começaram a despender uma parte muito maior do salário para coisas que não pagavam antes. O senhor acompanhou isso?

R.A. – Eu não sei, não posso realmente opinar sobre esse assunto porque eu nunca trabalhei nessa parte social da companhia. Mas eu não me recordo de ter havido isso. Pode ter havido casos, mas não de ter sido uma coisa assim generalizada. Em grande parte, a companhia favoreceu muito a compra das casas. E desde o princípio, todas as casas tinham todas as instalações: água corrente, esgoto, luz elétrica... Umás casas mais modestas do que outras, mas tinham todas essas facilidades. E a companhia favoreceu muito a compra das casas...

V.A. – O senhor acha que a maioria dos operários teve condições de comprar a casa onde morava?

R.A. – Olha, realmente, se eu fosse dizer alguma coisa seria palpite meu. Talvez essas pessoas... da parte social esteja mais por dentro disso. Sobre a Cecisa, tem

uma pessoa que eu não sei se está na sua lista: dr. Linhares. O dr. Linhares foi presidente da Cecisa — mora aqui no Laranjal. Ele seria uma pessoa que talvez pudesse dar muita informação porque foi presidente da Cecisa. Ele é um rapaz competente, culto... É uma sugestão que eu daria: da senhora procurá-lo. Estou certo que ele daria um depoimento com muito prazer. E ele está mais por dentro disso, dessa parte da Cecisa... Ele é engenheiro civil, ele trabalhou sempre nessa parte. Inclusive, eu tenho a impressão que ele trabalhou na expansão.

I.F. – O senhor foi fundador do Rotary Clube de Volta Redonda.

R.A. – O Rotary Clube, aqui em Volta Redonda, foi fundado em 1956. Não havia Rotary Clube em Volta Redonda, mas em Barra Mansa. Então, alguns elementos do Rotary Clube de Barra Mansa fundaram aqui, sendo que um dos principais elementos já faleceu, foi governador do Rotary, dr. Alexandre Pollastri Filho. Era um elemento de grande destaque social aqui em Barra Mansa, era um advogado muito conhecido, foi advogado da Companhia Siderúrgica e de outras empresas... Ele e mais alguns outros resolveram fundar um núcleo aqui. Nessa época, eu era diretor da companhia e tinha muito contato com ele — praticamente uma vez por semana ele despachava comigo. Ele inclusive me convidou... Eu na época, a princípio, não estava querendo ser rotariano porque eu estava muito absorvido pela companhia. Mas por insistência dele, eu sou um dos fundadores do clube, do grupo fundador. Aliás, hoje acho que só existem três. Eram vinte e tantos mas hoje tem três. Então foi fundado o Rotary Clube aqui em 1956, se não me engano. Eu fui inclusive presidente em 58, porque o Rotary Clube muda todo ano mas o ano do Rotary Clube não é de 1º de janeiro a 31 de dezembro; no mundo inteiro, ele é de 1º de julho de um ano a 30 de junho do ano seguinte — o ano rotário. Mas foi feito o Rotary Clube aqui, esse primeiro clube que até hoje se chama Rotary Clube de Volta Redonda. E depois foram sendo fundados outros clubes, hoje são cinco clubes em Volta Redonda, pelos pontos cardeais. Então, tem o Rotary Clube Norte, Rotary Clube Sul, Leste e Oeste.

V.A. – E o seu é o do centro?

R.A. – O meu não tem ponto cardeal, é só Rotary Clube de Volta Redonda — começou assim. Depois veio o Leste, que hoje até acho que é o maior. O nosso está um pouco velho, o organismo vai ficando um pouco velho e a gente perde um pouco o entusiasmo. E o Leste é um clube muito atuante. Tem o Norte, o Sul e tem um — é uma particularidade de Volta Redonda, eu não sei se existe outro igual — só de mulheres: é o Oeste. É um clube que só tem mulheres. É muito animado, fazem festas... O nosso clube tem por hábito fazer uma reunião semanal em que normalmente as senhoras não vão. Podem ir quando querem, mas não vão nesses jantares. Mas uma vez por mês, se faz uma reunião chamada festiva. As senhoras vão, é uma reunião muito alegre, menos formal.

O Rotary Clube então, como cresceu muito, tem uma influência bastante grande na cidade. Eu me lembro que naquela época eu era muito preso, eu e outras pessoas da companhia não tínhamos contato com pessoas que não fossem da companhia. Volta Redonda era pouca coisa fora da Siderúrgica, mas Barra Mansa, Resende, Barra do Piraí etc. E o Rotary Club parece que abriu uma janela para mim. Eu passei a conhecer pessoas, excelentes pessoas, amigos, não só de outros Rotary Clubes como outras pessoas da cidade. Isso fez com que... Aqui mesmo

Renato Azevedo

em Volta Redonda, a princípio, as pessoas que não eram da companhia se achavam esnobadas, discriminadas por nós que éramos da companhia. Mas nunca houve isso, não. O que acontecia é que nós vivíamos dominados pelos problemas da companhia. Então, o sujeito saía de casa, vinha comer em casa, voltava, de noite estava cansado, aí não participava socialmente. Hoje está inteiramente mudado. Mas o clube teve muita influência... dentro dos objetivos do clube que são também de ter uma parte de serviços chamados profissionais, propagando conceitos de ética, promovendo campanhas a serviço da comunidade, ajudando organizações sociais não só de uma maneira permanente como eventualmente: campanha de Natal, campanha disso, campanha daquilo. E também a parte até internacional. Em toda reunião nós fazemos menção aos países cujas datas nacionais ocorrem na semana... Dia tal: independência de tal país... E então se fala cinco minutos sobre aquele país e isso divulga. Se faz também intercâmbio de estudantes. Nós já recebemos aqui muitos americanos, australianos, e muitos brasileiros também foram para os Estados Unidos, para a Austrália e para outros lugares. Então, tem essa influência como o Rotary Clube tem no mundo todo, uma influência muito boa, muito sadia, com essas idéias principalmente de moral.

V.A. – E os sócios dão contribuição para essas atividades?

R.A. – As reuniões do Rotary, de modo geral, são sempre feitas, desde a fundação, em refeição, porque é a hora em que as pessoas se reúnem. O rotariano, para ser rotariano, tem que ter uma atividade profissional. É uma necessidade. A pessoa que não tem uma profissão... As próprias mulheres têm que ter uma profissão. Eu não posso chegar lá e dizer que a Emmy vai entrar para o clube porque é minha mulher. Não pode, tem que ter uma profissão. Então, tem ter uma butique, tem que ter um salão de beleza, tem que ter... todas as coisas em que as mulheres hoje são executivas. E deve ter uma função importante, não é só ser empregada de uma empresa. Tem que ter uma certa autonomia. Então, hoje, aqui em Volta Redonda são cinco clubes com uma média de 30 a 40 membros, então são aí umas 150, 200 pessoas que trabalham, que fazem essas campanhas para auxiliar o pessoal mais pobre nas periferias, campanhas de limpeza pública, questão de meio ambiente.

V.A. – E o senhor vai na periferia?

R.A. – Olha, eu tenho até vergonha de dizer, mas já estou um pouco velho e estou deixando essas coisas mais para os moços. Quando se faz campanha, a gente vai. Mas não é bem essa campanha, digamos, de associação de caridade. Porque o clube não é um clube da caridade, é um clube para prestar serviços, auxiliar em alguma coisa etc. Mas ele não assume a responsabilidade de fazer isso ou aquilo. Agora, nós contribuímos. Nas reuniões com refeição, os restaurantes... A senhora vai lá no Matos, a senhora faz lá uma refeição, paga R\$5,00 ou R\$ 10,00, e o clube paga por mês. No meu clube, atualmente eu pago R\$ 50,00 por mês. Agora, isso é não só para cobrir a refeição como também o clube tem algumas outras despesas...

V.A. – Mas eu digo para bolsas de estudo, tem alguma coisa assim? Por exemplo, esse intercâmbio são os sócios que financiam?

R.A. – Isso aí, o clube contribui um pouco. Quando ele recebe um, o clube contribui um pouco. Mas o Rotary Internacional contribui mais para isso. E de outro lado, quando nós mandamos alguém, por exemplo quem já esteve nos Estados Unidos, esteve lá um ano, eles recebem uma contribuição em dólar pela pessoa, para botar na sua casa. Há uma compensação.

I.F. – Eu não sei se por coincidência ou não, mas eu soube que um entrevistado nosso é da maçonaria e uma outra pessoas também. A maçonaria teve muita entrada aqui, o senhor sabe?

R.A. – Olha, eu não estou muito por dentro, eu nunca pertenci a essa organização, mas eu acho que ela tem uma certa extensão. Eu acho que tem aqui, acho que tem em Barra Mansa. Aqui tem organizações, eu não estou familiarizado, mas tem gente boa. Eu já trabalhei com pessoas que são da maçonaria... Hoje não é tanto, mas antigamente eram meio incompatíveis com católicos.

I.F. – Eu lembro bem de dizerem que o Rotary é uma maçonaria disfarçada.

R.A. – É verdade. A senhora tem toda a razão. Aliás, o Lions a Igreja aceitava mais. Eu me lembro quando se fundou o Rotary aqui, era bispo aqui da região dom Agnelo Rossi. Eu tinha muito contato com ele, como diretor, era uma pessoa excelente, e na época eu falei com ele que eu tinha sido convidado e ele disse: “A Igreja não recomenda.” [risos] Mas eu acho que isso, hoje, está mais ou menos superado. [trecho inaudível] D. Pedro II teve aquele problema com o bispo lá do Nordeste... Nos Estados Unidos, eu fiquei surpreso quando estive lá pela primeira vez, com a expansão da maçonaria. Eu via pelos anéis que eles tem, aqueles anéis com desenhos de compasso, esquadro, essas coisas. Eu, quando saí daqui, a maçonaria era um negócio, como até hoje, um pouco secreto. Agora, os maçons com quem eu trabalhei... Por exemplo eu faço parte do conselho da SOS. E parece que há uma certa tendência de eles trazerem elementos deles. Mas o pessoal com quem eu trabalho não tenho nada a reclamar: são dedicados, são trabalhadores...

V.A. – SOS é o quê?

R.A. – Essa SOS, quando foi fundada, foi com a intenção de cuidar de pessoas em dificuldades. Não para cuidar delas como o São Vicente de Paula, mas para arrumar, preparar e ver se as encaminhava na vida.

V.A. – É daqui de Volta Redonda?

R.A. – Não, esse SOS é muito espalhado pelo Brasil. E aqui, a de Volta Redonda ainda passa, de noite, e recolhe pessoas, leva para lá... Tem uma creche muito boa para 150 crianças e tem um albergue para onde ela leva essas pessoas que estão aí meio perdidas, dá um banho neles, dá uma roupa, passam a noite lá etc. Essa era a finalidade dela. Creche não era tanto a finalidade dela, não. Mas a creche, eles se apaixonaram pela creche porque presta um excelente serviço... Principalmente as empregadas domésticas que deixam as crianças de manhã, apanham de tarde, as crianças têm uma boa alimentação, têm assistência... Já a questão dos mendigos e outros, eles recebem num dia, tal, preparam etc., e perguntam: “Você é de onde?” “De Barra do Piraí.” “Então, está aqui a passagem, você vai para Barra do Piraí.”

Uma semana depois ele está lá no mesmo lugar. Volta, quer mendigar, quer morar na rua etc. Então, isso desanima um pouco o pessoal. SOS é Serviço de Obras sociais, o nome.

V.A. – E a Fundação Osvaldo Aranha, o senhor acompanhou sua criação?

R.A. – Não, não acompanhei não. [Trecho inaudível] O pai do atual presidente da Associação Comercial, o Molica, foi que começou. O Molica tem uma casa importante aqui e deu meu nome para pertencer, mas era por um certo período, um ano, dois anos. Depois, terminou aquele período e eu me afastei. Depois até me disseram que eu fui reeleito lá, mas por enquanto não recebi nenhuma informação. Lá tem reuniões interessantes..., tem faculdade de odontologia, engenharia civil, informática... Em certas épocas do ano eles fazem lá as reuniões... Quem conhece bem é o dr. Galotti; ele certamente deve ter falado sobre isso. Eu acho que ela tem a idéia de ser uma universidade. Ela não recebe subsídio nenhum. Esse é o problema da FOA, Fundação Osvaldo Aranha. Ela não recebe subsídio do governo nem nada. Ela vive do que o pessoal paga.

I.F. – E tem gente suficiente?

R.A. – Bom, eu acho que aí há algumas faculdades que têm uma procura enorme — a procura é muito superior ao número de vagas. Mas já outras faculdades não têm essa procura. Com essa crise que nós passamos, hoje não tem mais essa procura. [Trecho inaudível] A coisa evoluiu muito. Quando eu era rapaz, o sujeito podia ser padre, advogado ou médico — hoje há uma variedade tremenda! [riso]

V.A. – Outros municípios da região têm faculdades...

R.A. – Em Barra Mansa tem a Escola de Direito. Vassouras também tem — aquela universidade não-sei-o-quê Sombra. Valença também eu acho que tem. Em Barra do Piraí tem essa Pimentel...

V.A. – Então está bom; eu já encerrei as minhas anotações...

I.F. – Então, gostaríamos só mesmo de agradecer mais uma vez a sua boa vontade...

[FINAL DE DEPOIMENTO]

Anexos



